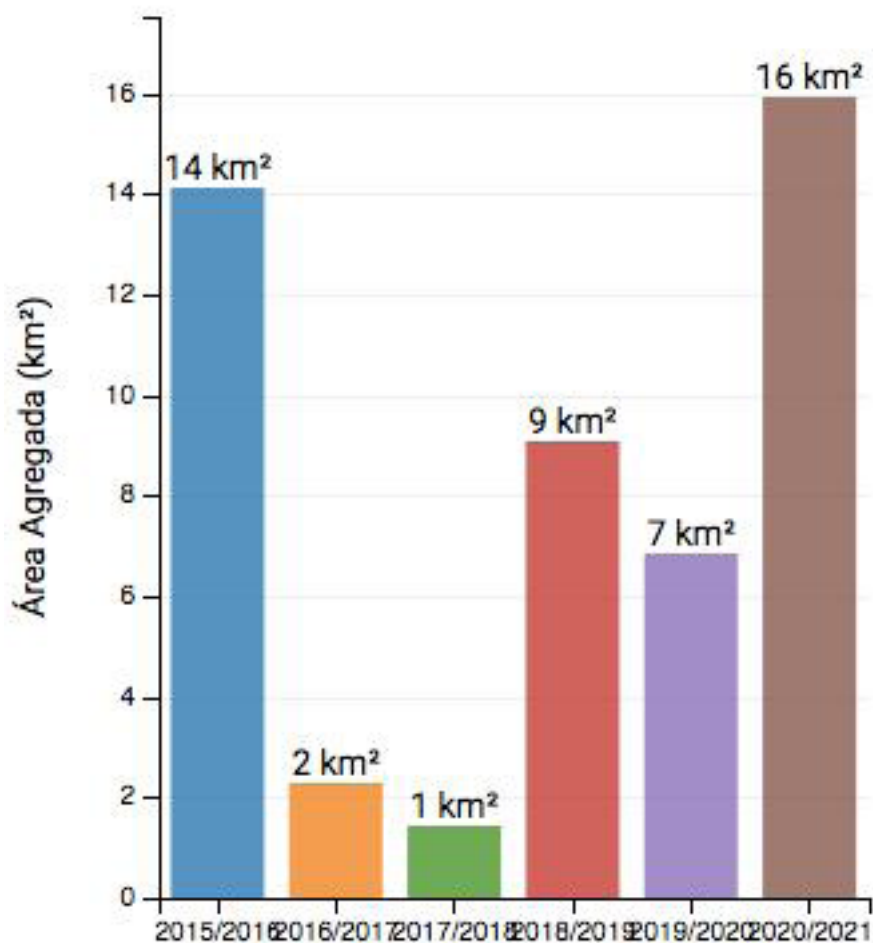


- A mineração desmatou 16 km² da Amazônia Legal em agosto de 2020, de acordo com os alertas de desmatamento do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). A devastação no mês já é mais do que o dobro da verificada em agosto do ano passado. Desde agosto 2015, o Deter revelou alertas de desmatamento de 394,6 km² na Amazônia decorrentes da mineração.

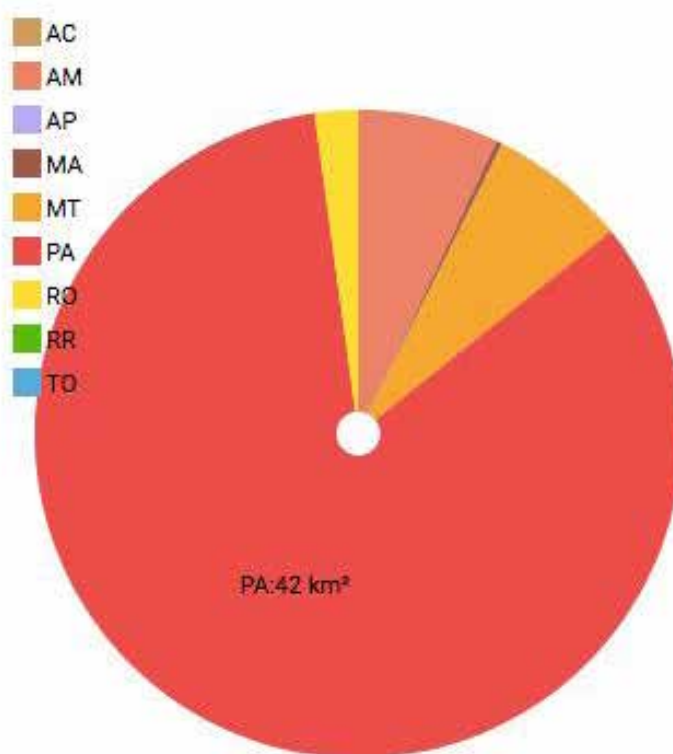
ÁREA DESMATADA POR MINERAÇÃO



Fonte: Inpe, Terrabrasilis, dados acumulados até 28 de agosto

- A maior parte dos alertas de desmatamento por mineração ocorreu no Pará. Um estudo estimou, em julho, que 73% desses alertas de desmatamento ocorreram em áreas protegidas, tanto em unidades de conservação como em terras indígenas. A bacia rio do Tapajós é uma das regiões mais atingidas, justamente no epicentro do boom do ouro na Amazônia.

DESMATAMENTO POR MINERAÇÃO POR ESTADOS DA AMAZÔNIA LEGAL



- Os alertas de desmatamento na Amazônia em 2020 já superaram em 35% os do ano passado, que teve a maior taxa oficial de desmatamento da década. Com o resultado deste ano, o Brasil descumprirá a meta estabelecida na Política Nacional sobre Mudança do Clima, como contribuição para conter as emissões de efeito estufa no planeta.

Terra Indígena
Kayapó, Pará
Grupo Especializado de
Fiscalização (GEF) do
Ibama realiza operação
de combate a garimpo
ilegal de ouro na Terra
Indígena Kayapó, no
estado do Pará, Brasil
Foto: Felipe
Werneck/Ibama



- A mineração ilegal de ouro despejou nas águas do rio Tapajós 7 milhões de toneladas de sedimentos no período de um ano, calcula laudo da Polícia Federal. Isso corresponde, em 11 anos, à quantidade de sedimentos lançada na bacia do rio Doce pelo rompimento da barragem da Samarco em Mariana em 2015, no que é considerado o maior desastre ambiental do país.
- O uso de mercúrio nos garimpos da Amazônia é um dos principais obstáculos para o cumprimento da Convenção de Minamata sobre o Mercúrio, acordo internacional do qual o Brasil é signatário, para conter o uso do metal tóxico, que contamina peixes e comunidades ribeirinhas. O inventário nacional de emissões calcula entre 11 e 161 toneladas a quantidade lançada no ambiente pelo garimpo em 2016. Casos de contaminação por mercúrio são subnotificados pelo Sistema Único de Saúde.

- A mineração de ouro é apontada como responsável pela contaminação de índios Yanomami, como revela artigo publicado no International Journal of Environmental Research and Public Health em 2018, a partir de pesquisa com 239 amostras de cabelo coletadas em diferentes áreas da terra indígena. Pesquisa publicada em 2017 pelo American Journal of Environmental Sciences também mostrou a presença de mercúrio em 81% dos peixes coletados, entre os mais consumidos pela população local, na região do Parque Nacional Tumucumaque, no Amapá.
- A Força-tarefa do Ministério Público Federal (MPF) calcula que a extração de um quilo de ouro na Amazônia de maneira ilegal gera R\$ 1,7 milhão em danos ambientais.
- Garimpeiros pressionam o governo para não destruir seus maquinários em operações de fiscalização do garimpo ilegal. Em 2019, o Ibama registrou a destruição de 72 equipamentos de garimpeiros e madeireiros, bem menos que nos anos anteriores. O Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) para 2021 encaminhado no final de agosto pelo governo ao Congresso prevê a redução de mais de 20% das verbas de órgãos ambientais para o combate ao desmatamento.

“Esse ouro de origem ilegal que é extraído em diversos pontos da Amazônia tem adentrado na nossa economia por mecanismos que nós chamamos de lavagem de ouro. Operações do MPF mostram que a lavagem ocorre tanto do ouro como ativo financeiro, como também o ouro como mercadoria, destinado ao mercado de joias. Nós todos estamos na condição de consumidores sujeitos a utilização, no nosso dia-a-dia, do ouro que está vindo da Terra indígena Yanomani e Munduruku.”

Procuradora Ana Carolina Haliuc Bragança, Coordenadora da Força Tarefa Amazônia do Ministério Público Federal

“Temos as manifestações de vários povos e comunidades dizendo não ao garimpo. Tem que considerar a relação que os povos indígenas têm como seu território, com a sua mãe terra, e governo tem que estar aberto a dialogar com as infinitas diversidades de povos indígenas. No contexto de pandemia, as invasões e incursões ilegais nas terras indígenas continuam, como na Terra Yanomami, que tem mais de dez mil invasores (...) eles mesmos escolherem que tipo de futuro eles querem, escolherem o seu destino”.

Advogado Luiz Eloy Terena, assessor jurídico da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib)

Fontes: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, TD Escolhas [“A nova corrida do ouro na Amazônia”](http://www.escolhas.org/brasil-exportou-29-toneladas-de-ouro-em-2020-e-parte-dela-extraida-em-garimpos-ilegais-na-amazonia-estimulada-pelo-preco-do-ouro-no-mercado-internacional/) e <http://www.escolhas.org/brasil-exportou-29-toneladas-de-ouro-em-2020-e-parte-dela-extraida-em-garimpos-ilegais-na-amazonia-estimulada-pelo-preco-do-ouro-no-mercado-internacional/>